
Seção Livre

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.47087>

A Classe Militar no século XIX: A imprensa como campo de discussão e definição da instituição militar

*The Military Class in the 19th century:
The press as a field of discussion and definition of the military institution*

*La clase militar en el siglo XIX:
La prensa como campo de discusión y definición de la institución militar*

Fernanda de Santos Nascimento*

<https://orcid.org/0009-0009-5509-6517>

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar o discurso dos periódicos militares ao longo do tempo, relacionado as ideias expostas pelos redatores e sua relação com a caracterização da classe militar. O período que se estende de 1850 a 1881 foi um profícuo período para a imprensa militar, quando uma série de periódicos foram lançados. A hipótese central deste artigo é que a imprensa militar, durante o XIX, foi um importante canal de disseminação de ideias sobre o que é ser militar em um momento em que não há um discurso efetivamente institucional. Na falta deste discurso é a imprensa militar que parece assumir este papel. Para além, a oposição com a classe política é também determinante na formação do discurso. Observa-se uma participação relevante de oficiais egressos da Escola Militar nestes periódicos, dado que pode ter ligação com o próprio tipo de discurso veiculado por esta imprensa. A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo para organização do corpus documental. A imprensa torna-se, portanto, porta voz de um longo processo de profissionalização das forças armadas brasileiras.

Palavras-chave: Imprensa Militar. História Militar. Segundo Reinado.

ABSTRACT: The objective of this article is to analyze the discourse of military periodicals over time, related to the ideas exposed by the editors and their relationship with the characterization of the military class. The period stretching from 1850 to 1881 was a fruitful period for the military

* Professora substituta de História na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, campus Jaguarão. Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pesquisadora vinculada ao grupo de pesquisas em História Militar, Política e Sociedade, ligado a UESPI. Conduz pesquisas no âmbito da formação do estado nacional, da formação da instituição militar e da imprensa no Oitocentos. Email para contato: fernandaisrael@gmail.com

press, when a series of periodicals were launched. The central hypothesis of this article is that the military press, during the 19th century, was an important channel for disseminating ideas about what it means to be a soldier at a time when there was no effectively institutional discourse. In the absence of this discourse, it is the military press that seems to assume this role. Furthermore, opposition to the political class is also decisive in the formation of discourse. There is a significant participation of officers who graduated from the Military School in these periodicals, as this may be linked to the type of discourse conveyed by this press. The methodology used was Content Analysis to organize the documentary corpus. The press therefore becomes the spokesperson for a long process of professionalization of the Brazilian armed forces.

Keywords: Military Press. Military History. Second Reign.

RESUMEN: El objetivo de este artículo es analizar el discurso de los periódicos militares a lo largo del tiempo, relacionado con las ideas expuestas por los editores y su relación con la caracterización de la clase militar. El período que va de 1850 a 1881 fue un período fructífero para la prensa militar, cuando se lanzaron una serie de publicaciones periódicas. La hipótesis central de este artículo es que la prensa militar, durante el siglo XIX, fue un canal importante para difundir ideas sobre lo que significa ser soldado en una época en la que no existía un discurso efectivamente institucional. En ausencia de este discurso, es la prensa militar la que parece asumir este papel. Además, la oposición a la clase política también es decisiva en la formación del discurso. Existe una participación significativa de oficiales egresados de la Escuela Militar en estas publicaciones periódicas, lo que puede estar relacionado con el tipo de discurso que transmite esta prensa. La metodología utilizada fue el Análisis de Contenido para organizar el corpus documental. La prensa se convierte así en portavoz de un largo proceso de profesionalización de las fuerzas armadas brasileñas.

Palabras clave: Prensa Militar. Historia militar. Segundo Reinado.

Como citar este artigo:

Nascimento, Fernanda de Santos. “A Classe Militar no século XIX: A imprensa como campo de discussão e definição da instituição militar”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 1 (2025): 204-228.

Introdução

Em 1855 havia, no Rio de Janeiro, a publicação de três periódicos militares: *O Militar*, *O Militar Brioso* e a *Revista Marítima Brasileira*. Na Bahia, no mesmo ano, estava sendo publicado o periódico *O Brasil Marítimo*. Todos estes periódicos tinham um ponto em comum: estavam voltados à classe militar, isto é, posicionavam-se como sendo a voz dessa classe na arena da imprensa. Na década de 1860 surgem outros periódicos de temática similar: *O Militar* (1859-1861, RJ), *O Athleta* (1860, PE), *Annaes Marítimos* (1861, RJ), *Revista Militar* (1862-1863, PE), *O Brado Militar* (1863, PE),

O *Indicador Militar* (1862-1863, RJ), O *Soldado e o Marinheiro* (1869, RJ). Nas décadas seguintes, até o final do século outros foram publicados como *A Alvorada* (1878-1879, RS) e o *Echo Militar* (1879, AM), além da *Revista Militar Brasileira*, editada no Rio de Janeiro, em 1878. Em 1881, é lançado no Rio de Janeiro O *Soldado* e, no mesmo ano, a *Tribuna Militar*.

O fenômeno não é incomum: observa-se a participação de militares na imprensa e a publicação de periódicos desde os anos 1830. A frequência, bem como a qualidade destes periódicos aumenta a partir dos anos 1850 e marca, definitivamente, a participação dos militares brasileiros na arena da imprensa (Nascimento, 2015). Esta tendência será verificada não apenas no XIX, mas permanecerá de forma ativa também no século XX, permitindo que possamos compreender a existência de um campo de pesquisa, cujo objeto principal é a imprensa militar.

Logo, assinalamos aqui a existência dessa imprensa caracterizada, sobretudo, pela produção de periódicos voltados para a classe militar, que constroem discursos e buscam levar essa interessante temática para a sociedade. Portanto, o objetivo deste artigo é analisar o discurso destes periódicos ao longo do tempo, sobretudo em relação à caracterização da classe militar. O período que se estende de 1850 a 1881 foi profícuo para a imprensa militar, quando uma série de periódicos foram lançados. Duas questões balizaram nossa pesquisa: Como é formado o discurso ao longo do tempo? Quais são as características atribuídas e necessárias a um militar do século XIX, na opinião dos redatores dos periódicos?

A hipótese central deste artigo é que a imprensa militar, durante o XIX, foi um importante canal de disseminação de ideias sobre o que é ser militar e sobre a própria instituição militar no período. Na falta de um discurso que fosse, de fato, institucional, é a imprensa militar que busca assumir este papel. Observa-se uma participação relevante de oficiais egressos da Escola Militar, dado que pode ter ligação com o próprio tipo de discurso veiculado por esta imprensa. Este dado é importante, sobretudo, se pensarmos no relevante papel exercido pela Escola Militar para a formação do oficialato – já que a partir de 1850 passa a ser obrigatória a formação aos aspirantes à carreira militar. A relação com a Escola Militar pode ajudar a explicar, também, por que é somente a partir da década de 1850 que os periódicos ganham relevância. Utilizando-se a metodologia da Análise de Conteúdo (Bardin 2007) é possível perceber que o discurso dos periódicos não sofre muitas mudanças ao longo do recorte temporal desta pesquisa.

Este artigo é fruto de um projeto de pesquisa maior, que busca identificar e categorizar os periódicos escritos por militares no século XIX, no Brasil. A imprensa militar ganhou pouca – ou quase nenhuma atenção – na historiografia sobre militares nos últimos anos. Em que pese trabalhos como de John Schulz (1994) e Adriana Barreto de Souza (1999) que utilizaram periódicos em suas

análises, além das pesquisas promissoras de José Miguel Arias Neto (2013), o periódico é visto como fonte dentro da pesquisa e não como objeto e campo de pesquisa. Assinalamos aqui, portanto, a existência da imprensa periódica militar no século XIX (e entendemos a existência desta imprensa de igual forma no século XX) enquanto campo e objeto de pesquisa.

Uma concepção comum da historiografia brasileira sobre a instituição militar é que foi somente com o fim da Guerra do Paraguai que se desenvolveu, no Exército brasileiro, um espírito de corpo e uma autoestima ligada ao fato de ser militar. Ou seja, tais sentimentos seriam consequência da dura campanha contra o Paraguai (Izecksohn 2002; Castro 1995; Costa 1996; Doratioto 2002). Para John Schulz, é o período pós-guerra que transformou significativamente a relação dos oficiais com a instituição militar, reforçando principalmente sua identidade de grupo (Schulz 1994, 76). É possível que estas concepções tenham relação com uma historiografia que se concentrou em buscar na instituição militar as principais causas da decadência e da falência do modelo imperial. Oliveira Viana (2010), Raymundo Faoro (2001) e Heitor Lyra (1964) já indicavam como a Guerra do Paraguai havia introduzido o discurso de diferenciação entre civis e militares. No entanto, é perceptível que estes autores não se questionaram sobre a possibilidade de que, antes do referido conflito, pudesse haver a construção de um discurso que buscasse sentido na definição de uma *classe militar*. E, ao definir a classe militar, estavam estes redatores buscando afirmar a existência de uma consciência corporativa, um espírito militar—ou espírito de corpo. Este discurso pode ser percebido pela imprensa periódica do período, sobretudo a imprensa militar, formada por egressos da Escola Militar na maioria dos casos.

Logo, a historiografia solidificou a ideia de que os militares – até a Guerra do Paraguai – não possuíam um *ethos* específico e que a crise decorrente do conflito paraguaio é que vai intensificar esta caracterização. Por outro lado, o discurso dos periódicos aqui analisados indica outra possibilidade: os redatores parecem, a todo tempo, insistir em caracterizar a classe militar e, com isso, estabelecer uma identidade institucional, quando o próprio Estado – e a nação brasileira, por consequência – careciam de definições e caracterizações específicas. Importante assinalar que, neste período, não há um discurso oficial de identidade institucional no interior da corporação. Logo, a participação de militares na imprensa e a insistência em caracterizá-la em seus escritos, parece caminhar nesta direção.

Portanto, buscamos aqui analisar os periódicos a partir de categorias específicas criadas no processo de pesquisa e organização do corpus documental. Nosso objetivo é demonstrar como os periódicos criaram um discurso sobre a própria instituição e caracterizaram o ser militar no século XIX. Partindo-se da hipótese de que não há uma institucionalização definida nesse período,

sobretudo no que tange a questão de um exército profissional, acreditamos que a imprensa foi o canal utilizado pelos militares para a construção desse discurso e da própria identidade institucional no XIX.

Apresentando o corpus documental e os periódicos militares

Os periódicos mencionados foram localizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro e, também, no acervo da Companhia Editora de Pernambuco que, desde 2023, tem trabalhado na digitalização da Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (PE). A profusão de periódicos militares tem sido apontada pela historiografia como relevante para os estudos sobre a instituição militar no Brasil do Oitocentos (Arias Neto 2013; Nascimento 2015). Os periódicos militares se inserem na dinâmica da imprensa do XIX, que pode ser definida como uma imprensa de combate. Ela difere, em vários aspectos, da imprensa que irá se estabelecer com força no início do século XX, fruto das transformações tecnológicas e econômicas que caracterizam este século (Morel 2005). Muitas vezes, durante o século XIX, um único indivíduo se valia da palavra impressa, arcando com os custos de impressão, a fim de expor suas ideias e críticas.

Nesse sentido, como bem apontou Luca, “o caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizam a imprensa brasileira de grande parte do século XIX” (Luca 2008, 133). A imprensa configurava-se, desta forma, como um espaço de embates, e não como processo cujo interesse final é o lucro. O objetivo final era, através da imprensa, interpor-se nos debates da sociedade. A imprensa torna-se um importante canal de disseminação de ideias políticas e debates, ocupando espaço primordial na sociedade do Oitocentos (Alonso 2000). Carvalho acentua como a imprensa teve uma liberdade de atuação no Império jamais vista. Ela atuou como um fórum político alternativo principalmente para a oposição, muitas vezes sem representação na Câmara (Carvalho 2008, 55)

O surgimento da imprensa periódica militar no Brasil acompanha uma tendência internacional de aprimoramento profissional militar, consequência da modernidade e da própria institucionalização das forças militares, aliado ainda à influência do cientificismo e da ilustração (Assis 2006). Portanto, a existência de periódicos militares era uma tendência mundial. Na França, em 1824, surgiu o *Journal des Sciences Militaires*, publicado por membros de *L'Academie Royale de Sciences Militaires de Suède*. Em Portugal, em 1849, surgiu a Revista Militar, comandada, principalmente, por jovens tenentes de engenharia (Assis 2006). O lançamento da revista foi noticiado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 24 de fevereiro de 1849. Através de seu correspondente

jornalístico em Lisboa, publicava o *Diário* constantes informes e trechos da *Revista Militar* portuguesa em suas páginas.

Estes periódicos internacionais não eram desconhecidos dos militares brasileiros. Muitos periódicos internacionais eram citados pelos redatores militares no Brasil. Em *O Militar*, por exemplo, uma das justificativas para o seu aparecimento é a existência de periódicos similares em outros lugares do mundo (*O Militar* 1854d, 1). Em 1862, o periódico *O Indicador Militar* cita a *Revista Militar* de Portugal (*Indicador Militar* 1862d, 437). A revista é ainda citada em 1881, pelos redatores da *Tribuna Militar* (*Tribuna Militar* 1881b, 2). Em 1869, *O Soldado e o Marinheiro* faz uma referência ao conceituado *Army and Navy Journal*, publicado por militares americanos, desde 1863 (*O Soldado e o Marinheiro* 1869b, 4). E em 1881, o periódico *O Soldado* traz uma transcrição sobre a *Revista Military Naval*, publicada pelo segundo ano consecutivo na Argentina, em Buenos Aires (*O Soldado* 1881f, 2).

A mesma referência encontrada aos periódicos internacionais é também encontrada para os periódicos nacionais, principalmente naqueles que circularam no mesmo período. Em 1855, o redator de *O Militar Briosi* informa receber uma carta do redator do jornal *O Rio Grandense*, publicado na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul (*O Militar Briosi* 1855b, 1). O lançamento de *O Militar* (1854) foi acompanhado pelos redatores da *Revista Marítima Brasileira* (RMB 1854a, 5), e o periódico *O Brasil Marítimo*, da Bahia, era lido e reproduzido pelos redatores da *Revista Marítima Brasileira* (RMB 1855b, 5-8). Em Recife, *O Athleta* (1860) faz referência ao *Militar*, do Rio de Janeiro e a *Revista Militar* que era publicada no *Diário do Recife* (*O Athleta* 1860a, 2). A redação do *Echo Militar* (1878), de Manaus, agradece a redação de *A Alvorada* (1879), de Rio Grande, pelos números recebidos (*Echo Militar* 1879, 1).

Logo, configurava-se uma rede da imprensa militar baseada em dois pilares: na internacionalização dos escritos, oriundos dos países-módelo, cujas forças armadas eram maiores e mais organizadas; e a nacionalização dos escritos dos militares brasileiros, que circulavam através de redes de acesso, proporcionadas pela constante troca de serviço dos militares entre as diversas províncias do Império. Assim, existia uma rede de contatos possibilitada aos redatores da imprensa militar, tanto pelo conhecimento de periódicos estrangeiros quanto pela referência aos periódicos nacionais. Marco Morel definiu a forma dinâmica como os vocabulários políticos circulavam e eram repetidos pela sociedade, relacionando-se entre si e com o outro, levando à transformação e à interferência dos espaços públicos (Morel 2005, 60). Constitui-se, assim, a imprensa militar como integrante de um espaço público dedicado à discussão de ideias e valores sobre a instituição militar na sociedade brasileira do oitocentos.

A existência dos periódicos militares, tanto no exterior quanto no Brasil, pode ser vista como consequência da profissionalização das forças armadas ocorrida durante o século XIX. E esta profissionalização tem relação não apenas com o cientificismo do período, mas também com a própria centralização do Estado moderno (Creveld 2004). Para Costa, no caso brasileiro, foi o Exército que viabilizou a centralização do Estado, após as reformas regenciais (Costa 1996, 54).

O recorte temporal desta pesquisa justifica-se a partir da constatação de que os periódicos militares passaram a ter maior destaque a partir da década de 1850. Algumas razões apontam para esta conclusão: o desaparecimento das revoltas internas, finalmente encerradas com a vitória do governo sobre os praieiros pernambucanos, em 1848; uma maior profissionalização do Exército, consolidada através de seguidas reformas efetuadas pelo gabinete conservador, sobretudo durante o ministério de Manuel Felizardo de Sousa e Melo (1849-1853); e o desenvolvimento de uma cultura intelectual baseada no racionalismo e no cientificismo do século XIX (Nascimento 2015).

Logo, a década de 1850 foi primordial para o estabelecimento do discurso de formação da classe militar, além de concretizar a construção do Estado imperial e de fortalecimento das prerrogativas do Executivo. Constitui-se ainda como período de centralização das atribuições estatais. Sob direção dos Saquaremas o gabinete de 29 de setembro de 1848 juntou-se, em 1852, com o gabinete do Marquês do Paraná, consolidando a direção conservadora. O objetivo maior de uma série de reformas efetuadas foi a organização de algumas instituições estatais, seguida da reorganização das esferas burocráticas do Estado (Mattos 2004, 152).

A melhor eficácia das forças armadas foi também objetivo dentro das reformas institucionais. Uma grande reestruturação foi efetuada no Exército, começando pela lei de promoções e de acesso ao quadro de oficiais, passando em seguida para a criação do corpo de saúde e a criação das comissões de melhoramento para material. No ensino militar, foi criada uma escola de exercícios práticos de artilharia para a Marinha, e a criação de um curso de infantaria e de cavalaria no Rio Grande do Sul para o Exército. As leis criminais militares também receberam alguns adendos, sobretudo em relação às penas e ao desenvolvimento do processo criminal. O regresso conservador de meados do século procurou responder às forças de descentralização que atuavam no interior do Estado, sobretudo depois da Maioridade (Carvalho 2008).

A década de 1850 nos parece ser o período de formação da identidade militar, que será criada, fundamentalmente, em oposição à existência de uma outra classe, identificada pelos redatores: a classe política. Ao caracterizar como funciona a política nacional, como agiam os políticos e como a monarquia enfrentava o desafio da governabilidade, os redatores dos periódicos constroem um discurso fundamental baseado na antítese das duas classes: se o militar é honrado,

o político é corrupto; se o militar é patriótico, para o político o patriotismo é apenas um elemento eleitoral. Esse discurso será fundamental para a compreensão daquilo que é ser militar, para esses elementos da sociedade.

Para análise do corpus documental foi utilizada a técnica da análise de conteúdo. O método é bastante pertinente para os estudos de imprensa, pois trabalha com a possibilidade de categorização (Bardin 2007). Para Navarro e Díaz (1995, 191) o recurso da categorização é bastante indicando principalmente a pesquisadores que trabalham com corpus de análise extensos e variados. Logo, duas categorias foram criadas e aplicadas a todos os periódicos: a categoria “características militares” e a categoria “características políticas”. Em todos os periódicos foram localizados trechos que foram distribuídos nestas categorias de análise. O resultado foi organizado em quadros sinóticos e comparativos que possibilitaram uma maior compreensão do esforço dos redatores em caracterizar a classe militar em oposição à existência da classe política. O método permite o caráter exploratório dos textos dos periódicos.

Uma característica comum: a classe militar

A característica comum a todos os periódicos militares estudados aqui é sua ligação com a Classe Militar. Todos os periódicos advogam esta relação que irá guiar seus programas e sua política. A justificativa é sempre dada pela necessidade de existir um periódico que defenda os interesses da classe na arena da imprensa. Logo, a referência à necessidade de existência da imprensa militar é lembrada pelos periódicos:

é bem definida a linha de conduta que cumpre à imprensa Militar guardar: [...] ela servirá para fazer com que a classe inteira aprecie seus direitos, calcule-lhes a extensão, e compreenda precisamente a importante posição que ocupa no Estado (O Militar 1854a, 8).

A nossa missão é árdua, porém justa, e tão justa que contamos desde já atingirmos ao nosso fim, que não é outro senão levantarmos a nossa classe do abatimento e desprezo em que jaz e reivindicar como dissemos os foros de todos os cidadãos, que indefesos suportam várias preterições em seus direitos (O Militar Briosi 1855a, 4).

[...] a aparição do *Indicador Militar*, que veio representar na imprensa legítimos e bem entendidos interesses de uma classe tão digna de respeito e consideração pela completa abnegação que faz do mais precioso direito do homem – a liberdade: festejamo-lo por vir promover a emulação e brios militares (Indicador Militar 1862a, 121).

Como órgão das classes militares, *O Soldado* procurará demonstrar a sua opinião, e convencer aos inimigos das nossas classes –que somos mais adeptos da civilização do que aqueles que pensam que as armas só se prestam a defesa da tirania (*O Soldado* 1881a, 1).

Ficará por esse modo a classe militar com um órgão de publicidade próprio, que a represente condignamente no país e fora dele, e com uma fonte inegotável de onde partam as inspirações de tantas cabeças pensantes da mesma classe (*Tribuna Militar* 1881a, 1).

Em termos gerais, a maior parte das citações se refere a dois pontos principais: a necessidade da existência de um periódico militar na arena da imprensa, e a defesa dos interesses e direitos à que a classe militar faz jus, sempre identificada pelos redatores como uma classe não aquinhoadas pelo poder político. Todos os periódicos analisados aqui, sem exceção, mantinham essa assertiva, ponto central de sua existência. Não menos importante é perceber esta imprensa como uma tentativa de institucionalizar as forças armadas, mesmo que tal iniciativa não seja de caráter oficial. Era esforço dos redatores, portanto, apresentar a classe militar e seus objetivos, por meio de assertivas contundentes sobre ser militar no século XIX.

Os redatores irão se esforçar, em muitos momentos, para definir as fronteiras de compreensão de comportamento, ação e função de uma força militar. E assim, definem os termos daquilo que se julga classe militar. Embora possa existir uma dificuldade em definir os grupos que compõem a classe militar, o discurso dos periódicos dirigia-se, especificamente, aos militares da Marinha e do Exército. Mas o que significa classe para os redatores dos diversos periódicos?

O conceito surge a partir da reflexão sobre as formas de organização política que são discutidas a partir do movimento iluminista na Europa e da emergência do estado moderno. Originalmente, classe tem um sentido biológico de classificação. O termo surge aliado às pesquisas do naturalista Carl von Linné, que no século XVIII elabora um sistema de classificação vegetal. Rapidamente, o conceito é absorvido pela intelectualidade francesa que o aplica à sociedade. No final do século XVIII foi possível perceber que as pessoas também podiam ser classificadas a partir das suas características mais constantes e diferenciáveis. A relação naturalista tem intrínseca relação com o pensamento iluminista da Europa central, onde a sociedade era entendida como um organismo, uma ordem dada e fechada, daí sua rápida relação com a ideia de classificação oriunda do pensamento científico. O termo passa a fazer parte do vocabulário político europeu e, incorporado aos estudos de Saint Simon, classe vai ganhar sentido mais sociológico, vinculado ao controle do trabalho e seus produtos.

Segundo o *Dicionário da Língua Brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto, de 1832, classe queria dizer “ordem de distribuição sistemática, graduação arbitrária, aula de estudo” (Pinto 1832, 244). No tradicional dicionário de Moraes Silva, do final do século XVIII, classe também é definida como uma graduação arbitrária ou uma ordem sistemática, incorporando significados de tradição científica e botânica (Silva 1789, 278). Como aponta Morel, os liberais brasileiros da época da independência já utilizavam classe enquanto vocabulário político com duas significações: a primeira, identificada como arcaica, relaciona-se ao uso de classe enquanto sinônimo de corpo social, isto é, em um sentido taxonômico; a segunda definição encontrada é mais moderna,

identificada como contemporânea, e tem relação com a interpretação dada pelos autores da economia política inglesa e, também, pelos liberais franceses, que compreendiam a questão a partir do conflito de classes. Guizot, um autor que circulava bastante entre os liberais brasileiros, acreditava que a Europa era constituída a partir do conflito de classes (Morel 2005, 65). Posteriormente, estas ideias vão influenciar diretamente a construção de origem marxista. As duas significações perduram no vocabulário político nacional e permeiam as definições que os próprios redatores dão ao sentido de classe militar.

Para os redatores dos periódicos, o conceito de “classe” parece ter uma definição também plural, indo ao encontro da percepção de Morel de que ambas as significações perduram no debate político nacional (Morel 2005, 66). A primeira definição parece ser mais classificatória, em termos de ordem/organização dentro da sociedade imperial, à qual Morel chama de definição arcaica; A segunda definição é política e social, ligada às possibilidades de representação dos diferentes grupos nas assembleias legislativas, que talvez possa ser relacionada a uma ideia mais contemporânea de classe dentro do discurso político. A primeira definição pode ser observada no *Indicador Militar*, quando um articulador pede providências para que seja regulado o uso da banda de lã – peça que simboliza o status de cadete ou particular do Exército, a fim de que “pessoas de ínfima classe, como pretos escravos” não fossem confundidos como soldados particulares (*Indicador Militar* 1862b, 345).

A segunda definição de classe também é identificada nos periódicos. Em *O Militar* (1854) o autor entende que as “classes produtoras e servidoras têm sido sacrificadas à vontade absoluta, ao domínio repugnante [...]” da classe legista (*O Militar* 1854b, 2). Refere-se o autor à atuação da classe legista sobre as demais classes da sociedade imperial, diante do dilema da representatividade. Na assertiva, classes produtoras e servidoras parece ter uma conotação social mais contemporânea, enquanto a comparação com a classe legista parece se ancorar na definição de classe quanto ordem social. Também em *O Militar Briosi* (1855), há o sentido contemporâneo de classe: “o povo morre a fome, na miséria, consequência inevitável do monopólio e o governo dorme! O pão, principal elemento da classe média (e também da proletária) diminui de dia em dia” (*O Militar Briosi* 1855b, 1).

Por outro lado, a própria representatividade das classes era questionada. Um dos maiores objetivos de *O Militar Briosi* (1855) era requerer que “todas as classes sejam igualmente consideradas nas posições oficiais e que não sejam por mais tempo excluídas pela classe dos Srs. Magistrados que conquistaram todas as posições” (*O Militar Briosi* 1855a, 1). O discurso contra os magistrados pode ser entendido a partir do intenso debate que se coloca, no início da década de 1850, sobre a

participação dos funcionários públicos na política imperial. Carvalho demonstra como houve, até meados do século, uma intensa relação entre a elite política do Império e a burocracia imperial. A carreira política da elite geralmente começava com a disputa pelos cargos de juiz e, daí em diante, visualizava-se a possibilidade de ascensão na carreira. Havia um consenso sobre a forte presença dos empregados públicos, sobretudo dos magistrados na política. A influência dos magistrados era certamente exagerada pela oposição e a imprensa, por esse período, abordou o assunto de maneira intensa (Carvalho 2008, 178). A partir de 1855, o projeto de lei do Marques do Paraná restringindo a atuação política de funcionários públicos foi vencedor e significou o primeiro grande golpe no poder dos magistrados.

Portanto, em termos de definição da ideia de classe, é possível compreendermos que o sentido de ordem, de corpo social é o principal sentido utilizado pelos redatores para conceituar a classe militar. A classe militar é um componente do corpo social, assim como a classe política. Foi possível identificar seis características atribuídas à classe militar pelos periódicos durante o período aqui estudado. Todas estas características se repetem, em maior ou menor grau, nos periódicos. As características têm relação com a construção de um discurso positivo sobre ser militar e, principalmente, se constitui um discurso em oposição à outra classe: a política.

Assim, pontuamos as seguintes características identificadas pelos redatores, e atribuídas pelos periódicos à instituição militar e aos militares como classe: a) O militar é sempre honrado, brioso, fiel, desinteressado, cônscio de seus deveres, profissional e obediente; b) O exército e a instituição militar são sempre fiéis aos princípios constitucionais, à nação e às suas instituições, sendo peça-chave para a existência da nação; c) Tanto a classe e, por consequência, a instituição militar, é abandonada, esquecida, desmoralizada, amesquinada e sofredora; d) É a única classe que permuta o sangue pela honra e integridade da pátria, que vive de sacrifícios e que dá a vida pela pátria; e) O militar é um verdadeiro patriota, e o amor à pátria é uma nobre característica do soldado; f). Por último, é a classe que possui condições de administrar o país, pelo seu patriotismo e sua ilustração.

A constatação baseia-se na análise documental e na criação de categorias, através da análise de conteúdo, que foram sistematicamente aplicadas a todos os periódicos. Os dados foram organizados a partir da categoria “características militares” e nela foram incluídas todas as assertivas que faziam referência à classe militar encontrada nos periódicos. Assim, foi possível traçar um painel analítico significativo em relação à caracterização feita pelos redatores da classe militar em cada periódico estudado. O quadro abaixo sintetiza as principais assertivas dos redatores sobre a classe militar:

Quadro 1 – Características Militares

Sobre a Classe Militar (<i>O Militar, 1854</i>)	<ul style="list-style-type: none"> ● O Exército é fiel à nação e as suas instituições; ● Os militares são fiéis mantenedores da constituição e amigos devotados da monarquia; ● Vive no abandono e na orfandade; ● É esquecida de forma criminosa; ● A Classe Militar é a melhor garantia de ordem e integridade da nação; ● A Classe militar está esquecida, abandonada e menoscabada desde 1831; ● A Classe Militar, sobre a qual pesa o mais oneroso serviço, só pode lobrigar no futuro a miséria e o abandono para si e para sua família;
Sobre a Classe Militar (<i>O Militar Brioso, 1855</i>)	<ul style="list-style-type: none"> ● A Classe Militar sofre em silêncio e estoicamente; ● A Classe é infeliz; ● Exemplo de obediência e sofrimento; ● Classe desventurada; ● É uma classe infortunada; ● É rica de brio e dignidade e pobre de dinheiro; ● É tratada com desprezo e indiferença; ● A Classe Militar é tratada com desprezo e submetida à nudez, à fome e ao frio; ● A Classe Militar é briosa; ● A infeliz Classe tem direito de partilhar dos negócios do Estado; ● A Classe militar é cheia de privações, desprezos e sacrifícios; ● A Classe Militar é patriótica; ● A Classe Militar é digna; ● A Classe Militar é vítima constante de injustiças; ● A Classe Militar sustenta o governo, mas é por ele esquecida e espinhada; ● A Classe Militar é constantemente amesquinhada; ● A Classe Militar é distinta;
Sobre a Classe Militar (<i>Indicador Militar, 1862</i>)	<ul style="list-style-type: none"> ● Espera, num futuro próximo, ter a consideração do governo e a estima da sociedade; ● A classe militar é numerosa, valente, sofredora, dedicada à pátria, ao trono, às leis e em grande parte instruída; ● É uma classe dedicada, essencialmente obediente; ● A classe permuta seu sangue pela honra e a integridade da pátria; ● A existência da Classe militar constitui um princípio de ordem e de civilização, e uma garantia para o progresso e o desenvolvimento;

Sobre a Classe Militar (<i>O Soldado e o Marinheiro, 1869</i>)	<ul style="list-style-type: none"> ● É uma classe distinta pela nobreza do seu desinteresse e pelo heroísmo e abnegação; ● A classe vive condenada ao ostracismo, mas tem direitos de atuação política pela sua ilustração e patriotismo; ● A classe militar é composta de mártires; ● A classe militar representa perfeitamente a maneira de ver e sentir, de pensar e querer de toda a nação; ● É uma das classes que serve o país, e a única desambiciosa; ● É uma classe desvalida e amesquinada, senão vilipendiada;
Sobre a Classe Militar (<i>O Soldado, 1881</i>)	<ul style="list-style-type: none"> ● A classe militar não conhece obstáculos, porque para o conquistador só há uma única palavra de ordem: é vencer; ● Entre nós é ela a garantia da estabilidade da ordem e segurança da liberdade; ● A classe militar tem os nobres sentimentos do amor pátrio, que leva o cidadão aos maiores sacrifícios, e o eleva pela grandeza das ações;
Sobre a Classe Militar (<i>A Tribuna Militar, 1881</i>)	<ul style="list-style-type: none"> ● A classe militar contribui com o penoso tributo de sangue; ● A classe militar é anarquizada pelos homens políticos; ● Tem por timbre a honra; ● É dotada de consideração e prestígio; ● Um dos direitos sagrados da classe militar é a recompensa pelos seus sacrifícios;

Fonte: Nascimento, 2015.

Pelo quadro, é possível perceber que a classe militar reúne uma série de características distintas, que acabam se materializando no discurso. É possível, ainda, perceber como o discurso dos anos 1850 e 1860 é mais incisivo que o discurso posterior, dos jornais da década de 1880. Algumas características são também comuns ao discurso ao longo do tempo, como a questão da estabilidade da ordem e do amor pátrio. Estas são apenas algumas assertivas similares no discurso de ambos os periódicos. Logo, algumas palavras-chave associam-se ao ser militar: honra, patriotismo/pátria, ordem, obediência, nação, amor, integridade, dever, respeito. Todas essas palavras repetem-se com frequência nos discursos aqui observados.

Em termos comparativos, a honra é a principal característica atribuída a classe militar destacada pelos redatores. Comparando-se as ocorrências de todas as seis características referidas anteriormente é a honra, e seus atributos, que mais é repetida pelos redatores em todos os periódicos. Em seguida, é a relação entre a instituição militar e o Estado que ganha destaque. Para os redatores, esta ligação é uma das bases da própria existência da instituição no meio político. Em terceiro lugar, está a ocorrência de características negativas para a instituição militar e a classe: abandonada pelo poder político, acaba se tornando sofredora e humilhada, contrastando,

paradoxalmente, com o seu dever último: o sacrifício e a morte pela pátria. Em seguida, o amor à pátria é louvado e lembrado, seguido, por último, na insistência de que o militar é um administrador pela própria essência da profissão. O discurso construído através destas características é cíclico, sendo a honra e a relação com a entidade estatal os principais elos. Como causa e consequência, a política é o pano de fundo: seja a política exclusivista que afasta os militares da arena de debates, seja a política negativa, que desmoraliza a instituição e o soldado pelo abandono, pelos baixos soldos e pela desvalorização.

É possível compreender a existência dos periódicos militares também como uma tentativa de profissionalização do Exército brasileiro no século XIX. Não é possível pensarmos a força militar do Oitocentos uma força profissional a exemplo das forças europeias (Huntington 1996). Nesse sentido, as forças militares brasileiras deste período devem ser consideradas como a caminho da profissionalização (Nascimento 2024). E a imprensa militar do período pode ser vista como um elemento nesse processo, como definidora de uma consciência corporativa.

Morris Janowitz (1967) destaca que o processo de profissionalização das forças armadas, em um contexto europeu, foi lento e gradativo, permeado de interrupções e reviravoltas. Embora o processo tenha início no século XVII, e graus diferentes de profissionalização possam ser encontrados no século XVIII, é somente no século XIX que o processo se consolida na Europa. Por consequência da função à qual se destina – e por possuir o monopólio da violência e ser seu reproduutor, a organização militar é rigidamente estratificada e autoritária (Janowitz 1967, 18).

No século XIX, ocorreram dois momentos de profissionalização dos exércitos europeus: durante as Guerras Napoleônicas, quando muitos países criaram suas escolas militares; e no último quartel do século, quando a Prússia aglutina uma série de elementos que tornaram suas forças armadas poderosas. As características atuais são fruto da evolução de uma série de relações da instituição armada ocorridas ao longo do século XIX, chamadas por Huntington de instituições da vocação militar. São elas: a) exigências para o acesso ao oficialato; b) meios de ascensão profissional; c) o caráter da educação militar; d) a natureza e o grau de desenvolvimento do estado maior; e) o *esprit de corps* do oficialato e a competência geral do corpo. Durante o século XIX, foi o exército prussiano que mais se adequou a estas características, sobretudo por volta de 1875. Portanto, é possível determinarmos que o conjunto destas características pode definir uma força armada profissional do Oitocentos, sobretudo a partir da segunda metade do século.

Mas, e a existência (ou inexistência) de uma ou outra característica, torna um exército menos profissional? O profissionalismo é resultado de uma série de ações que, durante o século XIX, são ainda muito recentes, estão em processo de consolidação e são fruto do próprio

desenvolvimento do Estado. Portanto, não podemos considerar o Exército brasileiro uma força armada profissional, nos termos definidos e propostos para o século XX. Por outro lado, se adequarmos as perspectivas de evolução da força ao longo do século XIX em direção ao profissionalismo, podemos compreender o Exército brasileiro como uma instituição em busca de um grau de profissionalismo.

Para uma instituição militar, a construção de um discurso é elemento primordial para a profissionalização e, também, para sua própria institucionalização (Huntington 1996; Douglas 2012). É reflexo do desenvolvimento de um sentido de identidade grupal – de uma consciência corporativa ou um *esprit de corps* – e de um sistema de administração próprio. Assim, falar de profissionalismo militar implica compreender que a direção de um conflito foi dada a pessoas que se comprometeram com este serviço, além de possuir uma instrução e competências próprias, aprendidas através de um processo lógico de educação e treinamento (Janowitz 1967, 14). Isto nos leva a seguinte questão: É possível considerar o discurso com relação à classe militar um indício do nascimento de uma consciência corporativa da instituição, primordial para seu processo de profissionalização?

Tanto Huntington (1996) quanto Janowitz (1967) relacionam a corporatividade como uma característica das forças armadas profissionais. Janowitz (1967) não se refere especificamente ao conceito de corporatividade, mas trabalha com a ideia da criação de um sentimento de pertença, de uma identidade de grupo. Para Huntington (1996), a corporatividade, se relaciona ao sentimento orgânico e de autoconsciência que domina o grupo. Este sentimento de pertença terá relação com a disciplina, o estudo, o treinamento e a convivência dentro do grupo. É possível entendermos como um *esprit de corps*, isto é, de uma corporatividade comum a todos os profissionais.

Já na primeira edição de *O Militar* os redatores finalizam o artigo inicial com uma intensa caracterização de si: “Nossas ideias são muito fixas, nossas convicções muito profundas, nossos caracteres muito independentes [...] fiéis mantenedores da constituição, amigos devotados da monarquia, nunca de nossa pena se ouvirá essa virulência de palavras” (*O Militar* 1854d, 1). As assertivas presentes no texto são importantes, sobretudo naquilo que tange ao sentimento de classe: primeiro, porque o texto buscava caracterizar quem eram os militares por trás da redação do periódico; segundo, porque indicava a existência de um *esprit de corps*, sobretudo a partir da enumeração de suas características. Portanto, é possível entender que a criação de um discurso sobre si é essencial para a formação de um espírito de corpo ou uma corporatividade. E tal característica precisa estar presente para que possamos enquadrar a instituição em algum grau de

profissionalização. Aos redatores do periódico a formação de um espírito militar era condição necessária a existência da força armada militar no XIX.

Os periódicos, em diversas ocasiões, referem-se ao *espírito militar* ou *espírito de classe*. É possível inferir, através da categorização da documentação, que frequentemente este espírito militar está associado a características que unem a classe militar em um sentido subjetivo: é a camaradagem, a subordinação, o senso de dever, a disciplina. O espírito militar é diferente da criação discursiva do *ser militar*. Ao mesmo tempo que os redatores dos periódicos estão criando a ideia do que é ser militar no Brasil do oitocentos, compreendem que o espírito militar é o amálgama de suas definições. Ou seja, o espírito militar é o princípio unificador do discurso. É um elemento formador da classe militar, e sem o qual a classe não existe. É o conjunto de tradições, características e elementos formadores da classe militar. É definido em termos abrangentes, mas conserva ainda um significado subjetivo, ligado ao amor pela classe e, também, ao sentimento de pertença. Os militares, portanto, entendiam a importância deste elemento na própria formação institucional do Exército. O espírito militar é a identidade do grupo – ou a corporatividade, da qual fala Huntington (1996), elemento dependente da formação de um discurso sobre si.

A partir desta ideia, é possível entendermos o esforço que está sendo dispendido por estes redatores para a caracterização da classe militar e, por consequência, a criação de uma consciência corporativa. Buscam dar voz à classe, a partir de suas experiências e vivências, sempre reafirmando que seus periódicos são uma necessidade na arena da imprensa. O esforço na caracterização positiva dos militares sugere ao pesquisador que os redatores estavam, de fato, construindo um discurso sobre o significado do que é ser militar no Brasil do oitocentos. Neste sentido, a falta de um discurso oficial da própria instituição habilitava estes redatores a criá-lo a partir de seu ponto de vista, em um período de forte reorganização do Estado imperial e de busca de profissionalização da instituição, conforme aqui apontado anteriormente.

Classe militar x Classe política

Vimos até aqui como os redatores caracterizaram a classe militar através do tempo, voltando-se principalmente a uma definição que tem a honra e características positivas como pilar da construção deste discurso. É possível que o discurso tenha relação com o caminho de profissionalização dessa força armada, além de tentativas de institucionalização, ao recorrer a constante definição da classe militar. Busca, ainda, a criação de um *esprit de corps* ou de uma corporatividade junto ao oficialato. Durante este período não há um canal de comunicação institucional da classe militar. Para a Marinha, tal canal só surgirá em 1882 com o lançamento da

Revista Marítima Brasileira. Para o Exército, com o lançamento da *Revista do Exército Brasileiro* no mesmo ano. Logo, parece haver um longo período em que os próprios militares utilizam a imprensa como canal de veiculação de concepções específicas sobre a classe militar. É sintomático ainda que tal discurso apareça com mais força a partir da década de 1850, na chamada Conciliação. Tais considerações nos levam a questionar: quem eram os redatores destes periódicos? O discurso da classe militar será construído em oposição a uma classe específica: a classe política.

Em geral, os periódicos eram anônimos, mas em alguns casos, foi possível avançar a pesquisa e descobrir quem era responsável pelas publicações. Em sua maioria, eram militares com formação pela Escola Militar do Rio de Janeiro e alguns, como é o caso dos redatores de *A Ahorada* (1878), formados pela Escola Militar de Porto Alegre. Portanto, parece haver uma relação entre a formação militar dos redatores e sua inclinação pelo discurso sobre a classe militar.

O periódico *O Militar* (1854) ainda não teve sua autoria definida. Embora tanto Schulz (1994, 39) quanto Adriana de Souza (1999, 156) defendam que os alunos da Escola Militar deveriam ser os responsáveis pela redação, não há nada que indique essa informação. Ao contrário: a tendência verificada aqui é que os periódicos eram, em geral, escritos por oficiais geralmente formados pela Escola Militar. É possível inferir, portanto, que *O Militar* fosse escrito por um oficial ou oficiais, possivelmente com formação militar (Nascimento 2015, 100).

O redator de *O Militar Briosi* era o capitão Umbelino do Campos Límpio, formado pela Escola Militar, bacharel em matemática, que publica o periódico em 1855. Campos Límpio era também liberal, o que pode justificar seu discurso de oposição à política imperial e ao Ministério da Guerra. Em julho de 1855 Campos Límpio é transferido para Sincorá, região afastada da província da Bahia e *O Militar Briosi* deixa de ser publicado (Nascimento 2015, 107).

Em 1862 foi lançado o *Indicador Militar*. O periódico pode ser considerado o primeiro de cunho profissional escrito por oficiais do Exército brasileiro. Seu editor era o Coronel Vicente Ferreira da Costa Piragibe, militar do corpo de Estado Maior de 1ª classe do Exército, cujos estudos na Academia Militar foram concluídos em 1841 (Studart 1980). O *Indicador* é o único periódico que pode ser comparado aos seus congêneres internacionais, pois se apresentava em uma estrutura de artigos mais técnicos e todos possuíam autoria identificada (Nascimento 2015, 118). Ao todo, o *Indicador* contou com 34 colaboradores identificados, entre as edições do ano de 1862 e 1863. Destes, 10 militares trabalhavam na Escola Militar ou como professores ou como funcionários. Ainda do total, 10 militares faziam parte do Corpo de Engenheiros e 8 militares eram do corpo de Artilharia.

Em 1869 foi lançado no Rio de Janeiro *O Soldado e o Marinheiro*, dedicado aos interesses da classe militar. Seu redator era Eduardo de Sá Pereira de Castro, tenente reformado do Exército (Silva 1870, 444). Foi lente interino da Escola Militar, antes do bacharelado, e posteriormente adjunto do curso preparatório e repetidor da cadeira de história e geografia. Em 1869, quando passa a ser publicado na Corte *O Soldado e o Marinheiro*, era repetidor da disciplina de francês da Escola preparatória anexa à Escola Militar, no Rio de Janeiro (Almanak 1871, 19).

A Alvorada (1878) da cidade de Rio Grande (RS) estava sob a direção de Julião M. Tavares. Embora seu diretor não fosse militar, o periódico possuía 11 colaboradores, todos militares. Afirma, desta forma, sua legitimidade enquanto periódico especializado, voltado para a discussão da temática militar. Todos os onze colaboradores estavam identificados na capa. Desses, somente três militares não possuíam nenhum curso militar. Cinco colaboradores haviam se formado na Escola Militar do Rio de Janeiro, enquanto outros três haviam se formado na Escola de Infantaria e Cavalaria de Porto Alegre (Nascimento 2015, 137).

Exceção aos periódicos aqui identificados será *O Soldado* e a *Tribuna Militar*. Os redatores destes periódicos não terão formação em nenhuma Escola Militar. No entanto, terão acesso à vivência militar através da experiência na Guerra do Paraguai. O redator de *O Soldado*, publicado em 1881 no Rio de Janeiro, era o Alferes honorário Cândido Reinaldo da Rocha. Já a *Tribuna Militar* que tem publicação concomitante ao *Soldado*, se anunciava como “Órgão das Classes Militares e dos interesses gerais do país”. O administrador era J. A. de Castro Miranda que não era militar. Portanto, o periódico não estava sob a direção de um militar, mas sim de um civil. No entanto, muitos colaboradores e muitos textos são os mesmos de *O Soldado*.

A ligação da maioria dos periódicos com a formação na Escola Militar é um dado importante. A Escola Militar se tornaria centro aglutinador de conhecimento e experiências, que, a partir da década de 1850, tem seus cursos vinculados à possibilidade de ascensão profissional na carreira, a partir das reformas de Felizardo Souza e Mello (Schulz 1994; Souza 1999). Importante assinalar que muitos oficiais já tinham efetuado os cursos de formação antes da reforma, sobretudo os redatores dos periódicos dos anos 1850 e 1860. Logo, é possível inferir que, antes da obrigatoriedade do curso para carreira de oficial, muitos militares optavam pela formação militar. A formação possivelmente contribua para as definições similares sobre classe militar encontradas em todos os periódicos. O fio condutor da honra – e seus atributos – como maior característica militar, além da relação entre a instituição e o Estado, revela a permanência de um discurso que busca definições sobre o que é ser militar no Oitocentos. É possível ainda compreender que este

discurso será construído, na imprensa militar, através da oposição entre a classe militar e a classe política.

Como já assinalamos, neste período não há uma institucionalização completa das forças armadas imperiais. Há carência de um discurso institucional que justifique a existência da força e que a caracterize dentro da sociedade. O termo classe é frequentemente usado com o significado de corpo social, em seu sentido taxonômico, pela imprensa militar. Nesse sentido, há um esforço de caracterização e de construção de um discurso positivo sobre o que é ser militar no oitocentos.

Logo, é necessário compreender que, para existir, uma instituição precisa ser estruturada através da codificação de informações. Este processo é formado a partir de analogias e oposições, que são fruto de uma construção cognitiva coordenada pelos seus membros, que constituem um agrupamento social. Logo, o agrupamento social é definido pelo estilo de pensamento que o une (Douglas 2012, 69). Desta forma, podemos compreender as instituições como um agrupamento social legítimo baseado em algum princípio geral de fundação. Assim, a existência de uma sociedade ou comunidade é definida pelo pensamento e pelo sentimento comum de seus membros. As analogias servem como codificadoras das informações e legitimam as instituições: “o princípio estabilizador é a naturalização das classificações sociais. Precisa haver uma analogia através da qual a estrutura formal de um conjunto de relações é fundada no mundo físico ou no mundo supranatural” (Douglas 2012, 71).

Logo, quando as analogias estão naturalizadas no discurso, a instituição se torna mais forte e fundamentada. É o aparato cognitivo que permite o jogo das analogias entre a natureza e a razão. Assim, as instituições conferem identidades a si. Através dos periódicos militares, podemos observar o esforço na criação da identidade efetuado pelos redatores, sobretudo para definir a classe militar. É comum encontrarmos o seguinte jogo de analogias em diversos momentos da imprensa militar:

Militar	Político
Consciente	Negligente
Idôneo	Imoral
Honrado	Vergonhoso

Este conjunto de analogias frequentemente observado nos periódicos militares situa a classe militar em oposição à classe política, na construção do discurso, sugerindo classificações positivas para a primeira e negativas para a segunda. Em 1881, os redatores de *O Soldado* referiam-se ao patriotismo como “esse pobre palhaço das praças, que serve de brinquedo aos senhores do

pleito governamental” (*O Soldado* 1881b, 3). O patriotismo era (e ainda é) um valor caro aos militares. Mas, para a classe política, a pátria serve apenas de “brinquedo”. Por outro lado, a classe militar é definida como aquela que “tem os nobres sentimentos do amor pátrio, que leva o cidadão aos maiores sacrifícios e o eleva pela grandeza das ações” (*O Soldado* 1881c, 1). A analogia e a oposição estão definidas: enquanto o político não é patriota, o militar o é, e é esse patriotismo que leva à grandeza de ações no campo de batalha.

Desta forma, os militares forjam seu discurso baseado em antíteses, positivas e negativas, sobre o que é ser militar e o que é ser político. É o processo de profissionalização e a burocratização das forças armadas que leva ao surgimento de questões específicas no relacionamento entre civis e militares. Para Celso Castro, tais questões “estão presentes, em maior ou menor número e grau, na história de todos os países. Através de conflitos políticos e oposições simbólicas com os civis, a instituição militar de cada país desenvolveu um ethos específico, embora mantendo elementos comuns a todos os países” (Castro 1995, 97). O ethos pode significar também aquilo que os redatores chamavam de espírito militar, ou seja, uma identidade de si. Para Castro, a Questão Militar nos anos 1880 foi um momento-chave desse processo. Para o autor, foi a primeira vez em que um grupo de militares afirmou publicamente a existência de uma “classe militar” opondo-se aos atos do governo (Castro 1995, 97).

Embora as perspectivas de Castro sejam brilhantes – sobretudo sua tese sobre a influência da Escola Militar no processo de derrubada da monarquia, a classe militar se constrói em oposição à classe política muito antes da Questão Militar e a imprensa militar será o principal canal da construção deste discurso de oposição de classes e de definição da classe militar. Como vimos, são as práticas sociais que moldam um discurso e possibilitam a criação das classificações e analogias, que irão determinar a organização das estruturas institucionais.

A insistência na elaboração do discurso com a Questão Militar pode ter ligação, justamente, com a falta de percepção da participação dos militares na imprensa, sobretudo, através de uma imprensa própria. A Questão Militar ganha importância por que a discussão entre oficiais – e a defesa da honra militar, é efetuada pela imprensa. Mas os militares se utilizavam da imprensa como canal de discussão, e mesmo como espaço destinado à sociabilidade muito antes da década de 1880. Acentuamos, justamente, a existência e a importância da imprensa militar periódica nos estudos sobre militares.

A imprensa militar não se configura apenas como um espaço de efetiva oposição política ao Império, mas sim como espaço de construção de um discurso sobre a própria instituição militar. Este discurso tem relação com a definição de classe militar pelos redatores e, com isso, a formação

de identidade em oposição a outros grupos existentes na sociedade brasileira do período. Se os periódicos forem lidos somente com o olhar da experiência política, seu discurso pode ser interpretado como uma oposição feroz ao governo imperial. No entanto, uma análise mais cuidadosa, destacando o viés militar do discurso, pode revelar dados e interpretações diferenciadas. É possível, portanto, compreender que os redatores dos periódicos se esforçaram no sentido de constituir não apenas o significado de ser militar no período, mas também de sinalizar a importância da existência do *espírito militar* para a consolidação da instituição. É a insistência na formação de uma consciência corporativa.

O quadro sintético abaixo, produzido a partir da análise do periódico *O Militar Briosco* (1855), é um exemplo que sintetiza a afirmação:

Quadro 2 – Quadro comparativo entre as características militares e políticas em *O Militar Briosco* (1855)

CARACTERÍSTICAS MILITARES	CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS
A instituição é sempre honrosa, é sempre digna;	A política é rotineira, é inerte e desmoralizadora;
O Exército é um elemento de ordem, paz e dignidade nacional;	A mediocridade e a desordem são características dos exercícios políticos;
A força militar é obediente ao governo legalmente constituído, mas não aos desmandos do poder;	Os homens do poder são acostumados a mandar e ser cegamente obedecidos;
O Militar é cheio de brio e cônscio de seus deveres;	Os políticos são negligentes em relação aos negócios públicos;
O soldado é o sustentáculo da ordem e o filho da honra;	Os políticos são corruptos e só agem a bem de seus interesses;
O Militar é idôneo;	O político é imoral;
O militar é apto para discutir sobre todas as questões;	O político não comprehende a classe militar;

Fonte: Nascimento, 2015.

É possível observar no quadro acima uma série de oposições criadas pelos redatores nos diversos textos publicados no periódico. A oposição é originada a partir da atribuição de características à classe militar sempre positivas. Ou seja, no jogo de classificações indicado por Douglas os redatores criam uma série de características para definir as características militares (Douglas 2012, 69). Da mesma forma, são criadas características para a classe política, constituindo-

se o discurso com um conjunto de analogias baseadas na oposição. As instituições não podem ter um pensamento próprio, pois são entidades socialmente construídas. Dependem, portanto, do trabalho cognitivo de seus membros, que se empenham na construção de um discurso, que irá determinar os aliados, os oponentes e o padrão das futuras relações institucionais.

Mas é possível falarmos em instituição militar ou em militares como algo uno e indivisível nesta análise? Não é possível considerarmos a instituição como um todo durante este período, nem a opinião dos redatores como sendo uma opinião institucional. Já ressaltamos aqui como a imprensa militar era obra alguns militares e que, em hipótese alguma, o discurso veiculado por ela poderia ser considerado um discurso institucional. Embora os periódicos quisessem ser – e assim se denominassem – órgãos legítimos das classes militares, o pesquisador não pode tomar a afirmativa por fato, e transformá-la em dado concreto: os periódicos não exprimiam o todo da classe militar, embora fosse esse seu objetivo. A historiografia aponta, neste sentido, opinião similar (Souza 1999; Castro 1995).

Portanto, não consideramos aqui a opinião dos redatores dos periódicos como a opinião de toda a instituição militar. No entanto, a recorrência e similaridade de definições, além da ligação da maior parte dos redatores com a Escola Militar, sugere a importância das opiniões destes militares na imprensa. É visível o esforço efetuado pelos redatores para homogeneizar as características da classe militar em torno de assertivas comuns que relacionam definições sobre o que é ser militar naquele período. Na falta de um discurso oficial, é possível que a participação na imprensa tenha levado os redatores a pensarem, em linhas gerais, sobre a instituição à qual faziam parte, expondo suas ideias e conceitos através de iniciativa própria e pessoal. O importante jogo de oposição entre a classe militar e a classe política neste contexto demonstra a intenção de construir um discurso positivo sobre ser militar neste período. Assim, embora a opinião dos redatores dos periódicos não possa ser considerada a opinião de todos os membros da instituição, há similaridades importantes dentro do grupo, sugerindo a importância do discurso da imprensa militar no período do Segundo Reinado.

Conclusão

Em *O Militar* (1854), uma citação dá conta de exprimir todo o sentimento e todo o sentido que, para os redatores, tinha a palavra militar:

O Militar é o verdadeiro amigo de sua pátria, é o melhor de seus filhos. Ele dá tudo quanto possui e pode possuir, presente, futuro, sangue e vida, todos os bens da terra pelo esplendor e integridade do seu país, pelo bem estar de seus compatriotas. O Militar lança-se no mais renhido combate, não como se apenas fora uma máquina de guerra, segundo pensam alguns ingratatos, mas sim procurando alcançar a todo transe a glória e

independência de sua nação; e dessa lide ou volta mutilado e tinto em seu próprio sangue ou nela morre, esmagando ainda com o peso de seu corpo os inimigos de sua pátria. O militar não é um filho, é mais que um filho, é um mártir pronto sempre para ir ao sacrifício! Ingratos, mil vezes ingratos aqueles que nos desconhecem, nos desprezam e até... nos humilham” (O Militar 1854c, 4).

Neste trecho encontramos todos os elementos constitutivos da classe militar: o militar é um patriota, livre de ambições, que busca a glória através de combate e do seu código de honra; é um mártir a serviço da nação, cujo sacrifício é recompensado com o abandono e a humilhação. Estas características atribuídas à instituição militar são bastante pontuadas pelos redatores dos periódicos durante o período aqui apresentado. Todas estas características se repetem, em maior ou menor grau, nos periódicos. As características têm relação com a construção de um discurso positivo sobre ser militar.

Assim, esta pesquisa buscou demonstrar como os periódicos militares publicados entre 1850 e 1882 procuraram construir um discurso sobre si e, em última análise, a formação de uma identidade grupal através do jogo de analogias positivas e negativas entre militares e políticos. A partir da análise de conteúdo foi possível perceber como muitas assertivas são comuns em todos os periódicos, mesmo levando-se em conta o intervalo de tempo entre as publicações. Os periódicos tinham sempre o mesmo objetivo: ser a voz da classe militar na arena da imprensa, tornando público o debate com relação à importância da existência da classe militar, ressaltando suas características positivas e construindo um discurso de si.

A relação entre a formação de um discurso que busca – em última análise – a consolidação de um espírito de corpo ou de uma corporatividade institucional é condição *sine qua non* para a profissionalização e institucionalização de uma força armada moderna. Logo, a pesquisa aqui apresentada buscou traçar esse caminho: na falta de um discurso institucional, alguns militares brasileiros utilizam a imprensa para esta construção, que só irá se consolidar institucionalmente no século XX. É possível compreender a existência dos periódicos militares, por consequência, como uma tentativa de profissionalização do Exército brasileiro no século XIX.

Fontes

- O Militar, ano I, edição n. 6, de 30 de setembro de 1854 (a)
 - O Militar, ano I, edição n. 3, de 12 de agosto de 1854 (b)
 - O Militar, ano I, edição n. 5, de 12 de setembro de 1854 (c)
 - O Militar, ano I, n. 1, de 14 de julho de 1854 (d)
 - O Militar, ano I, n. 17, de 31 de março de 1855 (e)
 - O Militar Briosi, ano I, edição n. 1, de 28 de fevereiro de 1855 (a)
 - O Militar Briosi, ano I, n. 15, de 19 de junho de 1855 (b)
-

- O Militar Brioso, ano I, n. 5, de 28 de março de 1855 (c)
- O Militar Brioso, ano I, n. 10, de 10 de maio de 1855 (d)
- O Athleta, sábado, 27 de outubro de 1860, edição Nº 3 (a)
- Indicador Militar, ano I, n. 8, de 16 de abril de 1862 (a)
- Indicador Militar, ano I, n. 18, de 16 de setembro de 1862 (b)
- Indicador Militar, ano I, edição n. 7, de 1 de abril de 1862 (c)
- Indicador Militar, ano I, n. 23, de 1º de dezembro de 1862 (d)
- O Soldado e o Marinheiro, ano I, n. 3, de 23 de outubro de 1869 (a)
- O Soldado e o Marinheiro, ano I, n. 4, de 30 de outubro de 1869 (b)
- O Soldado e o Marinheiro, ano I, n. 3, de 23 de outubro de 1869 (c)
- O Soldado, ano I, n. 3, de 22 de março de 1881 (a)
- O Soldado, ano I, n. 5, de 29 de março de 1881 (b)
- O Soldado, ano I, n. 36, de 13 de outubro de 1881 (c)
- O Soldado, ano I, edição n. 3, de 22 de março de 1881 (d)
- O Soldado, ano I, edição n. 13, de 26 de abril de 1881 (e)
- O Soldado, ano I, n. 16, de 6 de maio de 1881 (f)
- Tribuna Militar, ano I, n. 12, de 11 de agosto de 1881 (a)
- Tribuna Militar, ano I, n. 24, de 22 de setembro de 1881 (b)
- Echo Militar, ano II, edição n. 1, de janeiro de 1879
- Revista Marítima Brasileira, ano IV, n. 1, de 20, de julho de 1854 (a)
- Revista Marítima Brasileira, ano IV, n. 16, de 1º de março de 1855 (b)
- Almanak do Ministério da Guerra. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1871.
- Almanak do Ministério da Guerra no ano de 1878. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.
- Almanak Militar. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1881.

Referências Bibliográficas

- Arias Neto, José Miguel. “Revista Marítima Brasileira: 1851-1855: A liberdade de pensamento na Marinha imperial e o projeto de nação no século XIX.” *Revista Brasileira de História Militar*, 3, n. 8 (2012): 27-29.
- Assis, José Luís. “Ciência e Literatura na Revista Militar (1849-1910): Ciência, Cultura e Sociedade – Discursos de Saberes Científicos.” *Revista Militar*, n. 2457, (2006): 1-34. Disponível em http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=140. Acesso em 02 jul. 2025.
- Bardini, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- Blake, Augusto Victorino Alves de Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1893.

- Carvalho, José Murilo de. *A construção da Ordem. Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- Castro, Celso. *Os Militares e a República. Um Estudo sobre a ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- Castro, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1977.
- Coelho, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. São Paulo: Forense, 1976.
- Costa, Wilma Peres. *A espada de Dâmonos: o Exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1996
- Creveld, Martin van. *Ascenção e declínio do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra*. Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2002.
- Douglas, Mary. *Como pensam as instituições*. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2012
- Hahner, June. *Relações Entre Civis e Militares no Brasil 1889-1898*. Rio de Janeiro: Pioneira, 1979.
- Huntington, Samuel. *O Soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996.
- Izecksohn, Vitor. *O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-papers. 2002.
- Janowitz, Morris. *O Soldado Profissional*. Rio de Janeiro: GRD Editora, 1967.
- Luca, Tania Regina. “História dos, nos e por meio dos periódicos.” Em *Fontes Históricas*, org. Carla Bassanezi Pinsky, 111-153. São Paulo: Contexto, 2005.
- Mattos, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- Morel, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.
- Navarro, Pablo, Capitolina Díaz. “Análisis de Contenido.” Em *Métodos y técnicas cualitativas de investigación em ciencias sociales*, org. Juan Manuel Delgado y Juan Gutiérrez, 177-224. Madrid: Editorial Síntesis, 1995.
- Pinto, Luís Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira*. Tipografia de Silva: Ouro Preto, 1832.
- Schulz, John. *O Exército na Política. Origens da Intervenção Militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- Silva, Inoccencio Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Portuguez*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1870.
- Sodré, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- Souza, Adriana Barreto. *O exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- Studart, Guilherme. *Dicionário Bio-bibliográfico Cearense*. Editora da Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 1980.

Recebido: 05 de janeiro de 2025

Aprovado: 25 de abril de 2025